

# As lições do mercado

O presidente José Sarney deveria agradecer a Deus, mil vezes, o fato de o mercado ainda resistir às tentativas de seus auxiliares para fazer da economia um brinquedo de crianças, desses que a gente joga no chão, amassa, pisa, põe de lado e volta a amassar, pisar e pôr de lado no dia seguinte, confiante em que sua forma será sempre a mesma. Normalmente, pelo que se lê nos livros, o mercado já teria reagido, ensinando aos meninos que não se brinca com o futuro da Nação. Acontece que não há livro que seja capaz de conter todas as caracterizações possíveis do mercado, nem que seja capaz de prever todos os seus comportamentos. Por isso não se previu o que aconteceu: o mercado ter dado um *sursis* ao presidente Sarney.

O *sursis* adquiriu as mais diferentes formas: o quilo de 800 gramas, o metro de 80 centímetros, o produto de "cara nova", mas sobretudo essa tradicional, que de tão tradicional até ganhou novo nome — o "ágio". Não fora a capacidade de o mercado reagir para adaptar-se à vontade das crianças que brincam com a economia brasileira, o panorama não seria risonho (?) a ponto de permitir ao ministro da Fazenda manifestar o otimismo de que dá mostras. Teríamos atingido, já, o momento em que a clandestinidade passa a governar as ações econômicas dos cidadãos e a corrupção se instala como norma da vida social. Contudo, atenção! Esse *sursis*, como toda medida do gênero, tem prazo certo e fatal. Os amigos do presidente (aqueles que não formam no círculo íntimo que o aconselha), os banqueiros internacionais e os homens que leram todo o livro da História e não apenas alguns capítulos (como parece tê-lo feito a maioria do Ministério) acreditam que esse prazo expira a 15 de novembro. Depois, será o salve-se quem puder, pois não haverá mais motivos políticos para demonstrar uma confiança que a rigor já não existe.

Esse mercado, que sabe resguardar-se

das crianças que brincam com a economia, também emite seus sinais de impaciência, na esperança de que o Executivo acorde para o que acontece na realidade. O "ágio" foi o primeiro deles, para não dar a ele o nome correto, que é mercado negro. O mercado negro só se estabelece quando há escassez; essa só existe quando acontecem calamidades naturais ou sociais, ou quando não há compensação para quem produz. Ninguém negará que momentos como este que vivemos são propícios à especulação; a questão que se coloca, porém, não é discutir se há ou não especulação, mas sim descobrir a melhor maneira de acabar com ela. A História tem ensinado que não é transformando os produtores sérios em aliados dos especuladores que se restabelece a normalidade; é permitindo que a concorrência, isto é, o mercado, elimine os especuladores.

Outro sinal de advertência emitido para Brasília é a situação da Bolsa, sem a qual não se fará sociedade democrática alguma no Brasil. Desde o último pacote — para não dizer desde o dia em que o governo nela interveio, obrigando os fundos a comprar títulos da dívida pública — que a Bolsa não atrai investidores. Que indústria poderá aumentar seu capital, e que companhia abrirá o seu, se a Bolsa não é mercado para o qual se dirigem os poupadores? Não pensem os economistas de Campinas que estamos falando dos grandes investidores, que podem aplicar onde bem lhes apetece e às taxas que estipularem. Pensamos nos pequenos, nas viúvas, que nos tempos em que a economia do Brasil era pequena e antes que o Estado tivesse tanto apetite, e gerasse tanta inflação, investiam na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e na Light — ações seguras, que rendiam 7% ao ano! A Bolsa está parando e o governo preocupa-se em tornar rentável seu fundo das estatais! Não fosse trágico, o assunto seria risível — se é que se pode rir de crianças que não são capazes de entender os avisos que a

experiência dos outros lhes dá repetidamente.

Há outro sinal, porém, que não pode ser tratado com a leviandade e o cinismo que começam a tornar-se moeda corrente em certas áreas do Executivo: o dólar no mercado paralelo. Sobre esse mercado — que espelha de fato o verdadeiro mercado, com agentes econômicos racionais, outros irracionais (comprando e vendendo por simples medo ou vontade de especular) — teceram-se considerações mil, sobre as razões das altas e baixas, dos fatores que o influenciam, das pressões que sobre ele se exercem. A última teoria sobre o mercado paralelo, a qual tem boa dose de fundamento, é que a cotação do dólar está subindo por causa do contrabando praticado por milhares de turistas que vão ao Paraguai, e também porque se introduz clandestinamente no Brasil quantidade insondável de componentes de computadores e aparelhos controlados pela SEI. Com o que, resumindo razões, se tem o seguinte raciocínio: o dólar sobe no paralelo (mercado ilegal) porque a Polícia Federal sabe que há contrabando e nada faz, ou nada pode fazer para acabar com ele, embora saiba quem são os produtores de computadores e aparelhos em que entram componentes contrabandeados, e quem são os atacadistas que "desovam" o contrabando do Paraguai (ou por acaso não sabe?). Raciocínio cínico? Não! É o raciocínio oficial, alardeado todos os dias pelos jornais.

Na verdade, se o Executivo soubesse entender os sinais que o mercado lhe envia todos os dias, veria que a alta do dólar no mercado paralelo, além dessas e outras razões, obedece também a uma outra: a falta de segurança de um sem-número de agentes econômicos. Custaria admitir isso? Talvez — porque dificilmente crianças teimosas aceitam pautar sua conduta pela experiência alheia.